

00965-2006-139-03-00-7 RO

**Data de Publicação:** 17-05-2007

**Órgão Julgador:** Sexta Turma

**Tema:** CONSELHO REGIONAL - ADMISSÃO DE PESSOAL

**Relator:** Convocado João Bosco Pinto Lara

**Revisor:** Ricardo Antônio Mohallem

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSELHO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS. DÚVIDA SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO CONCURSO PÚBLICO. NECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO DO STF. FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS NO PERÍODO DA INCERTEZA INSTITUCIONAL. EXCEPCIONALIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E POSTULADOS DA JUSTIÇA SOCIAL.** Em havendo acesa controvérsia acerca da obrigatoriedade ou não para os conselhos federais e regionais de normatização e fiscalização das diversas profissões regulamentadas por lei se submeterem à regra constitucional da prévia submissão a concurso público, já que coexistem normas jurídicas dando tratamento díspares sobre diversas situações administrativas enfrentadas por tais órgãos, cuja solução somente veio após longo período de tempo, em acórdão proferido pela Excelso Supremo Tribunal Federal, **o rigor na exigência de dispensa dos empregados admitidos sem a observância da regra constitucional malferir o princípio da segurança jurídica e os postulados da justiça social, diante da excepcionalidade das circunstâncias envolvidas no caso, tal como reconhecido pelo Tribunal de Contas da União.**